

2021 - Jornadinha de Outono

(12 de junho de 2021)

A produção do analista

Vou aproveitar, essa oportunidade, para colocar algumas questões sobre a “**produção do analista**”. Como existe um compromisso com o tempo, de cada um, o que vou compartilhar, hoje, é algo limitado, sobre esse proposição.

De início, quero assegurar que entre nós, dos mais antigos, aos mais novos, se somos participantes do Espaço Möebius, cada um, se mantém implicado à produção do analista, em relação aos que estão inscritos em nossa Instituição.

Como se produz um analista?

Para responder à essa questão, vou fazer um pequeno desvio, para considerar o que não deve ser feito, nesse projeto de “produção do analista”:

- primeiro, que no curso de uma análise, o analisante tenha “alta” e seja autorizado por seu analista a desempenhar uma função de analista, a partir daí;
- em segundo lugar, que ele venha a ser autorizado por alguma Instituição, ou Escola de psicanálise, ou ainda, que adquira esta posição de analista, como um título de “pós-graduação”, a partir de algum dispositivo universitário;
- por fim, no que vai do mal ao pior, que ele venha a ser autorizado por grupos e entidades religiosas, como tem acontecido aqui no Brasil, através de cursos, com tempo limitado.

Assim, o que é essencial na **produção de um analista**, em primeiro lugar, é o que resulta de sua própria análise. Por isso mesmo, será necessário interrogar qual é a análise que se pratica. Uma análise é didática ou terapêutica? Quando se chega ao seu final? Quando e como se finaliza uma análise? Como se passa de analisante à analista?

Embora para a maioria das “comunidades de experiência analítica”, como Lacan insistia em nomear, existe um acordo, de que só através de “*uma análise pessoal*”, é possível se produzir um analista, o fundamento de uma análise, o final de uma análise e a produção prolongada de um analista, não é o mesmo para cada um destas “comunidades”.

Portanto, antes de responder à pergunta, que fiz acima, vou considerar o que ocorreu no final dos anos sessenta, quando Lacan concebeu a psicanálise sob a **noção de Discurso**. Uma condição que não guarda qualquer semelhança com a noção de **Discurso**, que se mantém na Cultura, na Ciência e em muitas outras áreas do conhecimento.

Assim, também, a partir dessa “**noção do Discurso**”, vai estar implicado, na prática analítica, a importância do objeto (**a**), a dimensão do Gozo e, ainda, o que se pode avaliar, como um “efeito *Sujeito*”, nesse tipo de laço social, que se constrói, ligando os lugares, do **analista** e do **analisante**. Dessa maneira, a Psicanálise passava a se constituir numa “*prática de leitura*”, onde o *Sujeito* é sempre convidado a ler de um

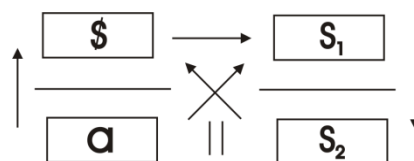
“*outro modo*”, aquilo que diz, no curso de sua análise. Essa proposição lacaniana, teve seus desdobramentos, pois convida o *Sujeito* a não crê na predestinação, na fatalidade, no destino, nem mesmo em *Deus*, mas que aprenda que a causalidade do que o afeta, deve ser concebida como aquilo que ex-siste no *Real* e que está implicado a esse dispositivo de Discurso, “no que se lê”, considerando-se, ainda, a importância do *Saber inconsciente*. Aqui, ainda, é a impossibilidade lógica de apre(e)nder este saber que existe no Real, que faz com que a Psicanálise seja “intransmissível” e, por isso mesmo, force a cada analista, quando existe, a reinventá-la, cada vez que a pratica.

Lacan concebeu essa **noção do Discurso**, a partir de uma “**pequena etiqueta**”, que se formalizava através de uma **estrutura tipológica** ou, mesmo, **topológica**, que procura escrever diferentes maneiras do *Sujeito*, sustentado pelo analisante, a se ligar à sua parte maldita, o objeto (a), que é um produto que tem sempre agregado uma cota de gozo e que o leva a **repetir**, aquilo que o faz sofrer mais. Todavia, essa noção da **repetição** não corresponde à reprodução no presente, de um fato ocorrido no passado, mas trata-se de uma operação significativa que celebra a satisfação de algo que não para de se inscrever, como uma modalidade necessária, que se vincula à uma injunção que determina efeitos de gozo e, dessa maneira, com sofrimento para o *Sujeito*. Além disso, trata-se de uma noção que só pode ser concebida e avaliada, a partir do próprio discurso analítico, numa *Análise em Intenção*, incluindo, portanto, a noção do espaço e do tempo.

E o que é o analisante?

De um ponto de vista descritivo, corresponde a alguém que demanda uma análise. Assim, tudo começa com uma demanda de análise, à espera de que o analista cure seus sintomas e diminua seu sofrimento.

Ainda que as entrevistas iniciais possam durar algum tempo e produzam, até mesmo, um efeito apaziguador para seu sofrimento, como uma consequência da demanda, a prática da análise vai estabelecer um tipo de “laço social”, que Lacan propôs como o *Discurso-do-Histérico*, ou do *Analisante*.



Uma condição discursiva, em que o Sujeito ocupa o **lugar de dominância**, como *agente do Discurso*, intervindo sobre um "outro lugar", ocupado pelo significante Mestre (S1), para onde sua fala se dirige, interpelando, solicitando e, mesmo, intimando a que um trabalho se realize.

Assim, o trabalho que se desenvolve numa análise e o que vai se produzir, está implicado ao próprio dispositivo do Discurso, embora, também, vá depender da vontade do analisante, de se manter em análise, até seu final.

Dessa maneira, a partir da fala do analisante, o que é oferecido ao analista ouvir? Com efeito, o que o Sujeito fala, desenvolve-se e se ordena, seguindo uma dupla via:

- a primeira, corresponde aos *Ditos*. Uma condição discursiva que traz relatos de sua história e de seu sofrimento, mantendo uma hierarquia e uma gramática,

relacionada às *funções* do Simbólico e do Imaginário, onde as palavras e as frases vêm se constituir, em unidades de sentido, que servem para construir um **conhecimento**, que se apresenta na análise, como um “**falso Saber**”, que guarda um *sentido comum*, que possa harmonizá-lo em seus desencontros com o que ex-siste de Real, podendo servir, ainda, em suas diferentes realidades, como um paradigma para a própria ciência, onde aparece como um saber teórico, capaz de ser ensinado e transmitido. O Sujeito, nessa posição, mantém-se sempre ignorante, em relação ao que se repete como gozo, em seu sofrimento, assim como o que está relacionado à causa do desejo, revelando a *impotência* que se mantém neste discurso que o afeta; - em relação à segunda via, ela se satisfaz numa escritura, que não traz qualquer valor atributivo, mas faz borda no Real, como um **Dizer**, que vai dar à psicanálise, o estatuto de um “discurso sem palavras”. Assim, o texto que se escreve, diferente do que se diz, está relacionado à **hystorização** do Sujeito, ao *sexo*, a um *saber* que existe no Real, que se torna causa do próprio discurso analítico e que é pensado sem hierarquia. A impossibilidade lógica de apre(e)nder este saber que existe no Real, faz com que a Psicanálise seja “intransmissível” e, por isso mesmo, force a cada analista, quando existe, a reinventá-la, cada vez que a pratica.

Aqui, voltando à **noção do Discurso**, o que importa em sua produção, não é seu conteúdo, mas o que é recolhido, como algo que se constitui a partir de muitas vozes, orientadas através da polifonia e que vem se realizar num *enigma* que o *Sujeito* deverá decifrar, a partir de efeitos do Real, que se apreende através da função da letra, denotada por (S2), que nesse lugar, equivale ao Saber Inconsciente.

Na análise, portanto, as palavras devem ficar esvaziadas de significação e de sentido, onde a jaculação, mesmo isolada de um significante, vai reduzi-lo ao que ele é, “a uma torção da voz”, que vai estar relacionada a *atos* que se inscrevem, a partir de pedaço do Real, que vão ser fibrados pelo simbólico¹. Assim, o *Sujeito*, através de diferentes **fixções** ou **fissões** das palavras, em que as letras podem ser dobradas, fletidas, curvadas, mudando até mesmo de posição, nas palavras, para construir novas palavras e frases, ele é convocado a inventar o *inconsciente*, que o determina e o faz gozar.

Portanto, no curso de uma análise, o *Sujeito* sustentado pelo analisante, passa a se constituir “*como uma resposta do Real*” e com um função de artesão, ele se coloca, a cada momento, diante de questões que tendem a alterar seus ideais, a modificar sua posição como causa desejo e nas modalidades de gozo, que passam a ser regulados no próprio curso da análise² e que se fundamentam num tipo de “**aposta**”.

Aqui, ao referir a uma “aposta”, não se trata de uma disputa, mas de algo que se joga na análise, contra o próprio *Sujeito*, entregando-lhe sua “loucura”, quando **ele se faz o próprio objeto (a)**, que lhe cabe, como *mais-gozar*³. Com a *cadeia borromeana*, isso se mostra através de diferentes campos de gozo, diante dos quais, ele terá, sempre, que se defender.

E se a análise continua, como e quando se finaliza?

1 Lacan, J., sem. XXI, *Les non-dupent errent*, aula de 15/01/74. Edição não comercial do Espaço Moebius.

2 Lacan, J., *Liminaire*, Scilicet, 2/3, 1970, pp. 3 à 6. Ed. Seuil.

3 Lacan trata desta questão, no segundo discurso de Roma (*De Roma 53 à Roma 67: A psicanálise - Razão de um fracasso*), em Scilicet, 1968, n. 1, pp. 42 a 50.

Nessa questão, é preciso considerar a diferença que existe entre o *término* e o *final de uma análise*. Em relação ao “**término de uma análise**”, deve-se considerar uma questão temporal, pois diz respeito a um momento de saída, ou de uma interrupção, por diferentes causas, como mudança de cidade, ou de país, problemas financeiros, entre muitas outras condições, que podem ser determinadas pelo analisante, ou mesmo pelo analista.

Quanto ao “**final da análise**”, ela pode trazer várias soluções, pois não se trata de uma parada, ou mesmo de uma resolução terapêutica, que procure deixar o analisante, como um ser normal, bom e feliz. Não se trata de buscar uma posição idealizada, pois o **final de análise é um cálculo**, isto é, a solução de uma **equação** que vai produzir um “**Sujeito advertido**” e possibilitar a passagem, de um analisante a um analista. Desta maneira, só depois que uma análise tenha sido levada até seu final, é que o analisante sob a função *Sujeito*, sem passar por qualquer padrão *standard* de aprendizado, adquire uma condição “**necessária**”, embora ainda não suficiente, para ser um analista.

Assim, deve-se considerar que, no curso da análise, o Sujeito aprende a “**se fazer e suportar**”, a condição de “objeto (a)”, algo que lhe é devolvido, na aposta, que referi anteriormente, e a partir daí, ele consegue identificar uma outra “*árvore genealógica*”, que o encaminha numa direção, em que se torna **sensível ao belo**, adquirindo uma “*tentação estética*”, em que possa **se fazer SER**, por suas obras, seus amores ... se fazer um **Nome** e, ainda, que o mantenha susceptível a muitas outras possibilidades de heterodoxia, para que possa se fazer alguém.

Com efeito, se no curso da análise, o analisante descobre que tem “uma vontade de ser analista”, quando ele realiza o **final da análise**, já tendo identificado o lugar, onde estava prisioneiro (Sem. XXV, 10/01/78) e tendo adquirido essa modalidade **necessária**, para ser analista, ele deverá dar continuidade a seu projeto, buscando desenvolver algo a mais, como uma condição “**suficiente**”. Para isso, ele realiza no **final da análise**, um tipo de salto, uma “**passagem ao ato, esclarecida**”, ou mesmo, um “**ato iluminado**”, é uma referência lacaniana, lançando-se numa Instituição de Psicanálise, para que sob uma **transferência de trabalho**, possa dar continuidade à sua **produção de analista**.

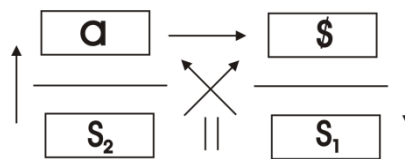
Essa passagem, no entanto, *de analisante à analista*, não ocorre a partir de qualquer processo dedutivo, nem mesmo através de um padrão *standard* de ensino, que alguém, ou alguma Instituição possa produzir. Trata-se de um trabalho a ser desenvolvido, num posição de “**um, entre outros**”, onde ele vai aprender o que **dizer e fazer**, que o disponibiliza a se ocupar de certos **operadores** e a desenvolver um “*saber-fazer*” (“*savoir-faire*”), para que possa conhecer e se desembaraçar (“*savoir y faire*”) dos efeitos de gozo, que a própria estrutura mostrada através da cadeia borromeana lhe causa, a partir de diferentes afetos, do sintoma, da inibição, da angústia, comprometendo o pensamento e o corpo que o sustenta.

Diante de diferentes manifestações de gozo, o *Sujeito* deve se implicar, cada vez mais em seu trabalho de análise e produzir algo que possibilite minimizar seu sofrimento, produzidos pelo Real, Simbólico e Imaginário. Com esse “*saber-fazer*” a partir do objeto (a), ele pode “*se-fazer-Ser*”, por suas obras, por seus adornos, por seus

amores, se fazer um estado civil, se fazer um escabelo⁴, como Lacan sugeriu, e, mais ainda, possa se fazer um NOME.

Assim, para desenvolver seu projeto, o analisante sustentando a função *Sujeito*, tendo chegado ao **final da análise**, deverá, ainda, cumprir uma dupla via:

- a primeira delas, para dar suporte à essa identificação como “**semblante de objeto (a)**”, que o levará a operar como analista. Para isso, deverá abrir mão de suas palavras, do próprio Corpo que o sustenta, de seus poderes, de seus gostos e de seus valores idealizados, podendo, assim, ocupar o “**lugar de Agente**”, *no Discurso do Analista*. Uma condição que irá colocá-lo como causa do desejo, do futuro analisante, que o procurou e demandou uma análise ($a \rightarrow \$$).



- quanto à segunda via, trata-se de algo que possibilite ao analisante realizar essa passagem lógica, para a posição de analista, como algo que está implicado, também, ao **final da análise**. Assim, a partir da resolução do **amor de transferência**, ele realiza, também, uma descoberta, que aquele **Outro**, para quem suas queixas eram dirigidas, não existe e, dessa maneira, não precisa mais fazer tantos sacrifícios e, nem mesmo, trabalhar para ele.

Portanto, para dar continuidade a seu projeto para se fazer analista, já frequentando uma Instituição, ou Escola de Psicanálise, ele deverá procurar passar, do privado ao público, onde o Saber que existe no Real, numa *Análise em Intenção*, possa ser compartilhado, no social, através de diferentes escrituras e daquilo que pode ser dito, na *Psicanálise em Extensão*, como **teoria**, ou como **doutrina**. Assim, que possa compartilhar com outros, o que ocorreu no curso de sua análise e o que está acontecendo em sua prática, se ele já começou a desenvolvê-la. Dessa maneira, ao compartilhar seu trabalho institucional, ele estará implicado na produção de diferentes tipos de “**conhecimento**”, relacionados a um “*saber do Mestre*” (S1), que poderão ser encaminhados para a pedagogia, para o campo universitário, o campo médico... entre outros lugares.

Todavia, quando o analisante sob a função *Sujeito*, transmuda sua posição para “analista”, será de sua responsabilidade “**poder se autorizar**”, para ocupar esse lugar, na *prática analítica* e no *social*. Assim, como uma consequência desta passagem, “**se há analista**”, ele “**se autoriza dele mesmo, ou por ele mesmo**”. E, como insistia Lacan, não se trata de se “**auto-ri-(tuali)-zar**”, através de uma declaração egoica, mas sob uma condição que alude à existência de um desejo, que o possui e o faz trabalhar.

Portanto, o “**se autorizar dele mesmo, ou por ele mesmo**”, não deve ser tomado como uma declaração sustentada, no Imaginário, nem fazendo parte de um estatuto místico, que o leve a crer, que em sua prática, como analista, “*ele só terá que prestar contas a si mesmo*”. Essa condição, como Lacan afirmou, várias vezes, quando é

4 Lacan, J., *Joyce avec Lacan*, Navarin Editeur, Paris, 1987, p. 31. Na conferencia sobre Joyce, Lacan utiliza da polifonia para jogar com diversos significantes e trata é r desta questão.

realizada, dessa maneira, pode tornar a Psicanálise, disponível, “**aos canalhas**”.

Mais adiante, em seu ensino, já no Seminário XXI (“Os não-tolos vagueiam), esse princípio da iniciativa, na Psicanálise, em que “**o analista se autoriza dele mesmo**” (“**l’analyste ne s’autorize que de lui-même**”), ganhou uma nova axiomatização, quando ele acrescentou “**e de alguns outros**” (“**et de quelques autres**”). Portanto, nenhum título, nenhum diploma, nem mesmo alguém pode dar a garantia, para que o analisante passe a desempenhar sua função como analista. Assim, é preciso que ele exista, para que possa se autorizar “por **ele mesmo**, ou **dele mesmo**”, para desempenhar sua função.

Quero sinalizar, ainda, algo sobre essa questão, pois muitas vezes, essa axiomatização de Lacan, tem sido apresentada como “o analista não se autoriza **senão de si mesmo**” (“**l’analyste ne s’autorize que de soi-même**”).

O não se autorizar senão “**dele mesmo**” e de “**si mesmo**”, coloca uma questão entre uma posição reflexiva – o **si mesmo** – em oposição à essa condição, em que ele sofre o efeito de um terceiro elemento, um “**ele**” impessoal e que vai ser fortalecido pela segunda parte do enunciado – **e de alguns outros**.

Isso não quer dizer, de “outros analistas”, mestres, vizinhos, nem dos poderes públicos, nem das Instituições, Escolas, agrupamentos de psicanálise, grupos religiosos, etc. Mais uma vez, na “Nota aos Italianos”, Lacan volta afirmar, que “**os canalhas**” são “*estes que só se ocupam de seus próprios interesses, são eles que se autorizam por si mesmo*”. Na Psicanálise, portanto, é preciso **que haja analista, para que ele se autorize por ele mesmo, ...entre outros**.

O fato que **ele se autoriza dele mesmo**, não se deve desconsiderar essa importância de “**alguns outros**”, desde quando o próprio Sujeito é “representado por um significante entre outros”, como referi, anteriormente.

Para finalizar, é preciso que cada um, que se movimenta para ser analista, procure apoio nos ensinamentos das várias Escolas e Associações, de Psicanálise. No entanto, é preciso ter assumido que este “saber se desembaraçar (*savoir y faire*), na prática analítica”, só se adquire através da própria análise e de seu trabalho.

Hoje, vou ficar por aqui. Obrigado.